

# **O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE 1996 PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Felipe Buller Bertuzzi<sup>1</sup>; Grace Tibério Cardoso<sup>2</sup>

1 Arquiteto e Urbanista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, IMED. E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com

2 Orientadora. Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, IMED. E-mail: grace.cardoso@imed.edu.br

## **1 INTRODUÇÃO**

O entendimento do planejamento urbano no Brasil evoluiu de tal forma que, ao longo dos anos, absorveu discursos mais técnicos, práticos e funcionais. Enquanto em 1875 o urbanismo foi caracterizado por planos referentes ao embelezamento das cidades, as décadas de 1930 e 1990 receberam poder de investimento após a criação dos planos diretores, aplicando estratégias qualificadas ao espaço urbano (PIRES, 2010; VILLAÇA, 1999). Em meio ao processo evolutivo das cidades, a inserção de ementas na sua estrutura urbana visava a requalificação de espaços até então invalidados. Dessa forma, propõe-se o alinhamento entre o planejamento da cidade e o desenvolvimento social ordenado.

Enquanto Miagusko (2012) remete o surgimento desses planos de melhoramento urbano à valorização imobiliária e a investimentos privados, Mascarenhas (2016) assinala como consequência o agravamento aos menos favorecidos. No caso do Rio de Janeiro/RJ envolvendo a implantação das instalações de megaeventos esportivos na última década, a remoção de comunidades carentes ao longo da cidade carioca gerou questionamentos da parte dos moradores. Para eles, as obras voltadas a megaeventos esportivos poderiam ser locadas nas proximidades sem a necessidade da retirada da população ali residente (MASCARENHAS, 2016). Assim, quando algumas áreas são depreciadas em relação a outras, gera-se um processo de gentrificação, ação que distingue classes sociais em um determinado espaço para a formação de identidades distintas (SMITH, 2006).

Partindo do princípio que essas alterações urbanísticas partem de ações governamentais, o presente trabalho visa promover uma discussão acerca do plano estratégico desenvolvido para a cidade do Rio de Janeiro/RJ no ano de 1996, relacionando-o com o processo participativo da sociedade.

## **2 METODOLOGIA**

Tendo em vista os recentes acontecimentos voltados às alterações sociais e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, torna-se válida uma discussão acerca do planejamento urbano. Para essa compreensão, utiliza-se de bibliografia nacional de autores com expertise em temas relacionados à reestruturação urbana e ao processo participativo da sociedade, bem como trabalhos focados na dinâmica de megaeventos, ambos com indexação *Qualis* Capes em suas plataformas digitais.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O'Donnell (2013) destaca o esforço da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1928 e 1932, em ser referência turística no Brasil, com o objetivo de demonstrar seus atributos citadinos aos outros países e aumentar investimentos por meio do setor de turismo. A partir

disso, iniciou-se um processo de investimentos que visavam fomentar diversos setores da economia.

Com base nessa problemática, a gestão administrativa municipal do Rio de Janeiro/RJ de 1996, iniciou a idealização e, em seguida, a implantação de normativas oriundas de um Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). Consequente da união de empresários e governantes do Rio de Janeiro/RJ, o plano visou resgatar a confiança na cidade a partir do investimento em um planejamento duradouro que previsse ações voltadas à realidade das cidades no século XXI, enfatizando a necessidade de investimento a novas ideias e conceitos, a fim de gerar a reestruturação de uma nova cidade. Segundo o documento, o espaço urbano não poderia representar simplesmente um local de estadia para pessoas e serviços, mas conceber a integração de ambos, fomentando a coletividade (BRASIL, 2016).

Devido às atenções e investimentos terem sido voltadas à nova capital, as questões sociais e econômicas auxiliaram no agravamento da infraestrutura na cidade carioca. Mesmo em 1990, a falta de perspectiva para a cidade persistia e, segundo Guerreiro (2014), era preciso com urgência, de um plano de desenvolvimento para o Rio.

Baseada em recomendações catalãs provenientes dos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) – planejadores da aspirante cidade-sede buscaram projetar o chamado “equilíbrio urbano”, o qual pretendia aliar a execução das instalações do megaevento às resoluções dos problemas de infraestrutura urbanos (MASCARENHAS, 2016). Espelhados nas transformações urbanas provenientes de Barcelona, foram solicitadas orientações da assessoria catalã, a fim de alinhar tendências atuais no que tange ao desenvolvimento urbano mundial, bem como os pontos fortes e fracos a serem analisados para a realidade local (Figura 01) (VAINER, 2000).



Figura 01: Esquema representativo das etapas organizacionais do Plano Estratégico de 1996 para a cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Brasil (2016), adaptado pelos autores (2019).

Assim como Barcelona, o Rio de Janeiro também abarcou a participação da sociedade nas decisões de planejamento, criando grupos de trabalho e construindo um diagnóstico das mudanças que seriam necessárias para a cidade (PLANO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO, 1995).

No entanto, por se tratar de um processo participativo, entidades populares organizaram uma proposta que seria encaminhada ao Comitê Executivo, sugerindo alterações nos documentos que contribuíssem para o Plano, porém devido a prazos pré-estabelecidos pela organização, essas propostas não foram desenvolvidas, culminando no afastamento da representatividade popular nas decisões internas (VAINER, 2000).

Para Moura (1998), a participação social deve estar aliada à empresarial constituindo-se como um espaço

para o exercício do lobby, visando à mobilização de recursos externos à rede; **de pressão social, para que propostas minoritárias sejam, de fato, integradas;** de articulação e (re)conhecimento de visões e interesses distintos; de informação e legitimação do processo de planejamento e dos projetos considerados estratégicos (MOURA, 1998, p. 73).

Dada a importância do diálogo consequente da representatividade populacional, passa a ser importante o seguimento das tendências globais, como o fortalecimento das relações econômicas, políticas e sociais. A partir de um olhar detalhado a essas questões, é possível perceber a complexidade do planejamento proposto para a cidade do Rio de Janeiro em meados dos anos 1990, somado à necessidade dessas políticas-públicas compreenderem todas as esferas da sociedade (BRASIL, 2016).

#### **4 CONCLUSÕES**

Nota-se que o desempenho obtido por Barcelona após implementar o Plano Estratégico transmite otimismo às cidades que também o se utilizarem deste artifício.

Vê-se a oportunidade de atração de investimentos e valorização de vários setores da cidade, como a economia, o turismo e a mobilidade a partir da implementação de um plano estratégico.

No entanto, alerta-se para um ordenamento institucional inclusivo, a necessidade de atendimento aos interesses de toda a população, a fim de evitar a exclusão de ideias no processo participativo.

#### **Agradecimentos**

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Autoridade Pública Olímpica. Ministério da Cultura. **Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio**. Rio de Janeiro - 2016. 2016. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/687>. Acesso em: 10 out. 2018.

GUERREIRO, J. Política Cultural na Região Portuária do Rio de Janeiro: Política Cultural na Região Portuária do Rio De Janeiro: novos atores e um novo gestor. In: V Seminário Internacional - Políticas Culturais, 5., 2014, Rio de Janeiro, RJ. **Anais do V Seminário Internacional - Políticas Culturais**. Rio de Janeiro, RJ: 2014. p. 1 - 15.

MASCARENHAS, G. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, São Paulo/SP, p.49-56, jan. 2016.

MIAGUSKO, E. Antes da Copa, depois do Pan: O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 2, p.295-408, 2012.

MOURA, S. A Construção das Redes Públicas na Gestão Local: Algumas Tendências Recentes. RAC - **Revista de Administração Contemporânea** / Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - v.2, n.1, (Jan./Abr. 1998), Rio de Janeiro: ANPAD, 1998, pp. 67-85.

O'DONNELL, J. **A invenção de Copacabana: Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

PIRES, H. F. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do Plano Estratégico e sua inspiração catalã. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.1, n. 895, p.742-798, nov. 2010.

PLANO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final do Plano Estratégico do rio de Janeiro: documento de trabalho**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: BIDOU-ZACHAIASEN, Catherine (Coord.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. p. 105-119.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, Sp: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 170-243.